

A MEMÓRIA EM RESISTÊNCIA: UM DIÁLOGO ENTRE A OBRA FICCIONAL CONTEMPORÂNEA *K. RELATO DE UMA BUSCA* E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Ana Cristina Aragão Maciel¹

Universidade Estadual do Ceará

cristina.maciel@aluno.uece.br

Marta Maria Aragão Maciel²

Universidade Federal da Paraíba

maciel_mart@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2011, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a temática da ditadura militar ocorrida nos países da América Latina encontrou uma maior abertura para espaço de debate com a implementação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). No mesmo ano, Bernardo Kucinski, aos 74 anos de idade, lança a obra ficcional *K. – Relato de uma busca*, na qual narra a experiência vivida por seus familiares desaparecidos durante o governo militar. Tanto a obra de Kucinski como a CNV tentam dar um fechamento a esse momento traumático ao tentar abrir espaço para discussão, dando voz aos torturados ou aos que acompanharam a tortura de seus companheiros, mas que, durante décadas, foram emudecidos. Dessa forma, o presente trabalho, ao apresentar um entrecruzamento entre o fictício e o factual, possibilita uma reflexão acerca da relação entre memória coletiva e histórica no texto literário a partir da construção de uma narrativa que une a memória oficial, ao remeter relatos sobre a ditadura civil-militar, à afetiva, com uso das lembranças de acontecimentos familiares para contar a narrativa, mantendo o compromisso de refletir sobre um período de nossa história e ver a grande responsabilidade das produções artísticas produzidas atualmente, sugerindo-nos um repensar da memória, do trauma e da violência durante a ditadura e seu desenrolar até hoje.

¹ Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL), da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora da Linha Memórias e Historicidade. Professora de Literatura da rede pública do estado do Ceará (SEDUC).

² Doutora em Filosofia pelo Programa de Doutorado Integrado UFPB/UFPE/UFRN.

PALAVRAS-CHAVE: história, literatura, memória, ditadura militar.

INTRODUÇÃO

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos (KUCINSKI, 2016, p. 15).

A sociedade brasileira é marcada por uma singularidade que mascara seu passado, estigmatizada pela violência constitutiva da sua cultura, como a escravidão, o genocídio indígena e os regimes autoritários. A epígrafe acima levanta esse questionamento ao apresentar um grande problema que se perpetua no Brasil até hoje: o esquecimento de parte da sua memória histórica, um “mal de Alzheimer” que se configura como uma doença imposta à população sobre um período violento de sua história, qual seja, a ditadura civil-militar.

As experiências políticas e sociais no Brasil proporcionaram um esquecimento coletivo, sem lugares de memória e sem debates sobre o passado, pensamento corroborado por uma política de anistia que significou somente um perdão coletivo imposto, baseado no contrato do silenciamento, uma espécie de “amnésia”. Ao tematizar a memória histórica, é digno de nota o seguinte comentário do filósofo Paul Ricoeur acerca desse tipo de “amnésia” e “silenciamento”: “Trata-se mesmo de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu” (RICOEUR, 2007, p. 462).

Nesse contexto de falta de elaboração de uma memória sobre o período, nos últimos anos, nosso país vem enfrentando grandes crises econômicas e políticas que favoreceram o surgimento de grupos que chegam a defender o retorno de um sistema político pautado no autoritarismo. Exemplares dessa perspectiva são os movimentos

Skinheads³, bem como os grupos que defendem o retorno do regime militar, os quais tiveram forte aceitação eleitoral no último ano, obtendo larga representação política tanto no poder executivo como no legislativo. Ora, tais fatos recentes são indicativos do fosso aberto em nosso presente no que concerne ao nosso passado recente, ou seja, àquele dos anos da ditadura militar.

O relato da experiência na literatura e a Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Historicamente, a literatura brasileira desprivilegiou produções de obras que relatassem a experiência e a memória. Durante as décadas de 1970 e 1980, foram produzidos romances sob a perspectiva da denúncia e do documento⁴, termos usados por Antonio Candido frente aos romances da “geração da repressão”. No entanto, a literatura contemporânea, nos últimos anos – arriscamos em dizer que, em particular, após a instalação da CNV, em 2011 – tem tomado um novo caminho direcionando-se à literatura de testemunho⁵, com romances cuja abordagem é a memória do trauma coletivo.

Bernardo Kucinski iniciou sua produção literária somente aos 74 anos de idade⁶, com o lançamento, em 2011, de *K. – Relato de uma busca*, que entrou em evidência em 2014, quando do aniversário de 50 anos do golpe militar no Brasil. O autor teve familiares desaparecidos durante o governo militar: sua irmã Ana Rosa Kucinski Silva e seu cunhado, Wilson Silva, foram sequestrados por agentes da repressão. Os dois faziam parte

³ Faz-se referência a grupos neonazistas que, na atualidade, defendem ideais como a preservação de uma raça considerada superior a outras, idealização feita pelos nazistas no século XX.

⁴ Durante e após a década de 1970, houve produções literárias que refletiram, de alguma forma, a temática da ditadura militar, o que poderíamos chamar de romance da “geração da repressão” segundo Antonio Cândido, como o “romance-reportagem” e o “romance de denúncia”, com obras como *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia* e *Aracelli, meu amor*, de J. Louzeiro; *Quarup*, de Antônio Callado; *Em câmera lenta*, de R. Tapajós; *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira; *Os que bebem como cães*, de A. Brasil.

⁵ Nos últimos anos, algumas obras ganham destaque na literatura de testemunho com o relato do trauma coletivo, destaca-se: *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti; *A resistência*, de Julian Fuks; *Azul corvo*, de Adriana Lisboa, além de *K. Relato de uma busca* e *Os visitantes*, de Bernardo Kucinski.

⁶ A produção literária de Kucinski não é, entretanto, insipiente, com vários livros publicados e traduzidos em mais de oito idiomas, entre eles *K. – relato de uma busca* (2011), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), *Alice* (2014), *Imigrantes e mascates* (2016) e *Os visitantes* (2016), já ganhando várias premiações, como o Prêmio Jabuti, em 1997, Portugal Telecon, em 2012 e Clarice Lispector, em 2015. Atualmente, Kucinski é referência na crítica literária especializada, considerado um dos escritores que mais refletem o tema da ditadura militar no Brasil.

da ANL (Ação Nacional Libertadora), motivo suficiente para serem considerados subversivos e, conseqüentemente, vítimas do governo ditatorial do período⁷.

A narrativa em *K. Relato de uma busca* aborda o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski, personagem que enfoca a narrativa. Ela era professora do curso de Química da USP e militante política da ALN (Ação Libertadora Nacional), e, dez dias após não dar notícias, seu pai, K., um polonês imigrante no Brasil que já sofrera com a perda de parte da família durante o Holocausto na Polônia, busca por seu paradeiro, tentando desvencilhar qualquer setor político do período, procurando explicações e polemizando assuntos que desagradavam o sistema, que tentava encobrir seus crimes e de todas as formas confundir a investida do pai, ora com ameaças ora com pistas falsas para cansá-lo na sua busca. Sua investigação encerra-se com sua morte, um pouco mais de um ano do desaparecimento da filha, em um presídio onde buscava colher informações com outros presos políticos.

Em 2011, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a temática da ditadura militar ocorrida nos países da América Latina encontrou uma maior abertura para espaço de debate no Brasil, com a implementação da Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo foi apurar os crimes e as violações contra os direitos humanos durante os períodos conflitivos e violentos institucionalizados pelos governos do período histórico entre 1946 – 1988.

É válido lembrar que, em outubro de 2011, a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade no Brasil abriu espaço para o debate sobre esse período traumático. Porém, seu papel foi apenas o de “*descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado, dando voz às vítimas.*” Essa definição está presente na cartilha, preparada pelo Núcleo de

⁷ Em 1998, o governo brasileiro reconheceu o nome de Ana Rosa como desaparecida política, e, em 2011, houve relatórios e investigações durante as sessões da Comissão Nacional da Verdade (CNV), tendo Bernardo Kucinski como testemunha, abrindo margem para a discussão sobre a responsabilidade do Governo acerca da não integridade da vida da vítima e inculpação dos agentes do Estado por violar direitos humanos, vários deles, inclusive, já mortos. Além disso, em 2012, Cláudio Guerra, delegado do Dops (Departamento de Ordem Pública e Social) e torturador da polícia política da época, em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade e no livro *Memórias de uma guerra suja*, publicado no mesmo ano, relata informações que confirmam o sequestro, a tortura e a morte de Ana Rosa.

Preservação da Memória Política – São Paulo, na qual evidencia a contradição com relação às outras CNV de países como Argentina e Chile, as quais foram judiciadas e puniram os condenados por crimes de tortura no período.

Apesar dos limites da CNV no Brasil, ainda assim representou um momento de extrema relevância no que concerne ao esclarecimento dos crimes cometidos contra os direitos humanos, bem como pela ruptura do “contrato” de silenciamento que foi imposto à sociedade durante todos esses anos. Aliás, mesmo que marcado por profundas limitações, ainda assim representou certa denúncia contra os crimes cometidos e institucionalizados pelo Estado em nome daquilo que os defensores da repressão e do autoritarismo de Estado cotidianamente chamaram de “segurança nacional” – aliás, vale lembrar que seus representantes de hoje recorrem ao mesmo argumento. Acerca de tais questões, a Cartilha de Preservação da Memória Política reflete a necessidade do

Reconhecimento público e oficial de abusos cometidos, através do relatório final da Comissão da Verdade, não somente serve para que o Estado assumira sua responsabilidade, mas também ajuda na questão vital da implementação de um dos fundamentos da Justiça de Transição, que é a de reformar as instâncias institucionais que tratam da Justiça e da Segurança Pública⁸.

Porém, o que ocorreu na realidade foi o encerramento dos relatórios da CNV em 2014, sem encaminhamentos que pudessem atuar de forma mais prática no contexto educacional e social, influenciando no acesso de toda a sociedade brasileira. É nesse contexto, pois, que se justifica a relevância de um trabalho literário que, ao mesmo tempo, cumpre a função até mesmo política de refletir os temas que envolvem a relação entre memória e história na recusa do esquecimento bem como na denúncia dos crimes cuja repetição se mostra um risco para o presente.

Em outros termos, não se fez justiça real para com os torturados, e muito menos para com àqueles cuja voz foi definitivamente emudecida: as *testemunhas* “em grau máximo” desse passado (num entendimento tomado de Primo Lewi e Agamben), os

⁸Cartilha de Preservação da Memória Política, produzida pelo Núcleo de Preservação da Memória – SP, 2011, sobre a Comissão Nacional da Verdade.

silenciados pela destruição física, cujos algozes saíram ilesos⁹. Os militantes de esquerda que foram mortos pela ditadura tiveram uma segunda morte quando, por exemplo, recentemente, o general Villas Bôas, falando a propósito da atuação do exército na intervenção do Rio de Janeiro, disse ser fundamental “a garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade”: como se já estivéssemos a viver na terrível sociedade completamente administrada descrita por Orwell em seu *1984*, em cuja manipulação cotidiana da memória (na construção de uma memória curta) e da verdade parecem tornar impossível qualquer ruptura com o status quo. É quando devemos atentar para o alerta de Benjamin ao dizer que o historiador crítico da barbárie sabe “que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”¹⁰. Cabe aqui trazer à memória o nome de Mariele Franco, “rasgado” nas mãos de bolsonaristas.

Tanto a obra de Kucinski como a CNV refletem o mesmo momento histórico, pois tentam dar um fechamento a esse momento traumático ao tentar abrir espaço para discussão, dando voz aos torturados ou aos que acompanharam a tortura de seus companheiros de perto, calados por uma anistia política que representou um esquecimento dos acontecimentos do passado, perdoando torturadores que permaneceram e permanecem, até hoje, em cargos políticos e militares de chefia.

É válido ressaltar que Bernardo Kucinski foi um dos relatores que atuaram como testemunha durante as sessões da Comissão Nacional da Verdade, dando margem a uma pesquisa de fontes a partir da relação do testemunho do autor com sua produção literária. Fortalece-se essa ideia a partir do que Carlo Ginzburg afirma em seu diálogo sobre ficção e história, ao dizer que “todo escritor pode ser útil, ao menos como testemunho de seu tempo”. (GINZBURG, 2007, P. 92)

Dessa forma, a obra em questão, ao apresentar um entrecruzamento entre o fictício, o factual, o literário e o histórico, possibilita uma reflexão acerca da relação entre

⁹ Sobre o conceito de *testemunha* refletido por Agamben, em diálogo com Primo Levi, em referência aos que tomaram nos campos de concentração nazistas tem uma relação com o aqui refletido. Sobre isto, escreve Agamben: “As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”, [...] os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta”. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. AGAMBEN, Giorgio. Trad. Selvino J. Assann. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 43.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. *Teses sobre o conceito de história*, pp. 224-225.

memória coletiva e histórica no texto literário a partir da construção de uma narrativa que une a memória oficial, ao remeter relatos sobre a ditadura militar, à afetiva, com uso das lembranças de acontecimentos familiares para contar a narrativa, mantendo o compromisso de refletir sobre um período de nossa história e ver a grande responsabilidade das produções artísticas produzidas atualmente, sugerindo-nos um repensar da memória, do trauma e da violência durante a ditadura e seu desenrolar até hoje.

O percurso da história mundial e a persistência da memória através de “k.”

O percurso da história mundial tem se negado a reconhecer suas contradições geradas, principalmente a partir do século XX, com a expansão do capitalismo, pelos sistemas repressores e autoritários que produzem as desigualdades e uma falsa impressão de bem estar social. O ideal de progresso, que denota desenvolvimento, é também quem projeta a barbárie e a violência.

Vale ressaltar que muitos estudiosos tentaram interpretar o contexto do século XX, considerando os momentos históricos traumáticos vivenciados pela sociedade, o que ficou conhecido como a Era das Catástrofes¹¹, termo muito utilizado por autores como Eric Hobsbawm (1995), na qual a tendência para tal experiência é a procura por apagar qualquer traço de memória que conserve a lembrança dessa experiência vivenciada coletivamente, exemplificadas com o Nazismo, as grandes Guerras Mundiais e as ditaduras militares ocorridas na América Latina, que trazem uma carga negativa por seu teor obscuro e violento.

As teorizações de Walter Benjamin – ele próprio um indivíduo que deixou de ser “testemunha” direta do campo de concentração por ter optado antes pelo suicídio a ter que viver o campo como catástrofe pessoal – são paradigmáticas. Em suas *Teses sobre o conceito de história* (1994), seu último texto, Benjamin constata a impossibilidade da escrita da história estar inserida numa “neutralidade” científica. Assim, em oposição à

¹¹ A Era da Catástrofe, segundo Eric Hobsbawm, estendeu-se entre 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial. [...] Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exuberante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral. [...] Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. (HOBSBAWM, 1995, P. 15-16)

narração oficial/dominante da história (aquela contada pelos vencedores), ele apresenta o problema da memória histórica: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1994, p. 225). Cabe aqui trazer à memória o nome de Mariele Franco, “rasgado” nas mãos de bolsonaristas.

Contra a historiografia oficial, contada pelos vencedores, o autor apresenta a urgência política e teórica, do ponto de vista do presente, de se tematizar o passado, de “salvá-lo” do esquecimento imposto pela historiografia dominante. De todo modo, Benjamin parece insistir na relação a ser estabelecida entre passado e presente, de forma que não se trata somente de trazer a memória do passado, mas de vinculá-la ao tempo presente.

A obra de Kucinski, além de nos propor um caminho voltado para a memória histórica e para o conceito de trauma através da ficção, também nos mostra uma literatura contemporânea que resgata o relato de experiência, através do testemunho. Sobre tal elemento, é relevante o que escreve Seligmann-Silva sobre o conceito de testemunho:

Em latim, pode-se denominar o testemunho com duas palavras: *testis* e *superstes*. A primeira indica o depoimento de um terceiro em um processo. No quinto livro de Moisés encontra-se uma passagem clássica que exemplifica esse sentido de testemunho como terceiro: “Uma só testemunha contra ninguém se levantará por qualquer iniquidade, ou por qualquer pecado, seja qual for o pecado que pecasse; pela boca de duas testemunhas, ou pela boca de três testemunhas, se decidirá a contenda” (Êxodo, 19, 15). Também o sentido de *superstes* é importante no nosso contexto: ele indica a pessoa que atravessou uma provação, o *sobrevivente*. (SELIGMANN, 2003, p. 373-374)

Segundo ele:

A literatura de testemunho é mais do que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de auto-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. (SELIGMANN, 2003, p. 373)

Aqui nos deparamos com a atualidade de *K. Relato de uma busca*, uma literatura de testemunho – apesar de fictícia –, pois é baseada na recusa de legar ao silêncio um

nome que se quis calar. Entre um corpo desaparecido e uma voz fisicamente silenciada pela ditadura civil militar no Brasil da segunda metade do século XX, surge o relato acerca da vida de uma mulher/militante e de sua memória que somente ganha sentido no interior da reflexão acerca do que representou, em termos histórico-políticos, a ditadura na realidade brasileira. Aliás, no Brasil de nossos dias, quando assistimos gerais no poder a declarar a recusa antecipada de “comissões da verdade”, o problema da memória histórica, tal como apresentado em *K. Relato de uma busca*, aparece com transparência. Assim como diria Jeane Marie-Gagnebin ao contextualizar a reflexão de Walter Benjamin e que nos valem para pensar nosso objeto de estudo,

Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se (...) aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, (...) pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

Assim, a memória individual que constrói a narrativa apresenta outro lado da história, que não está nos registros, tal como se observa no capítulo do livro *A terapia*:

Quando os carros chegavam, o portão abria, automático, os carros entravam com o preso e logo levavam ele lá para baixo, onde estavam as celas. Eram só duas celas, eu ficava na parte de cima, que dá para a rua. Lá no andar de baixo, além das celas, também tinha uma parte fechada, onde interrogavam os presos, era coisa ruim os gritos, até hoje escuto os gritos, tem muito grito nos meus pesadelos (KUCINSKI, 2016, p. 120)

Nesse trecho, o narrador descreve um diálogo entre a zeladora de um dos espaços clandestinos que funcionavam como matadouros de prisioneiros durante as torturas e sua terapeuta, no qual detalha cenas ocorridas no lugar. A obra nos abre o horizonte para discutir sobre a memória sob a perspectiva do esquecimento por abordar em seu enredo um contexto histórico ocorrido há quarenta e cinco anos e apenas agora ser escrito em livro. Como escreve Paul Ricoeur:

De um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos com uma pequena felicidade o retorno de

um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento. As duas leituras prosseguem no decorrer de nossa vida – com a permissão do cérebro (RICOEUR, 2010, p. 427).

Na reflexão do autor, o esquecimento pode ser um mecanismo do cérebro de proteção, do aniquilamento de um trauma vivido, mas doloroso se houvesse a atividade de rememoração. Esse trauma, teorizado inicialmente por Freud na obra “*Além do princípio do prazer*” (2016), está relacionado à ausência de recordação de um acontecimento que causa transtorno e dor, com afetos represados que se comportam como um corpo estranho no psiquismo do indivíduo.

O trauma que possibilita uma reflexão na obra de Kucinsk é apresentado quando da experiência traumática vivida pelos sobreviventes da ditadura militar no Brasil, quando muitos foram perseguidos e torturados ou tiveram familiares e amigos mortos, por meio de uma violência institucionalizada pelo governo brasileiro.

Essa experiência traumática na obra em estudo pode ser proposta por meio da procura do pai de Ana Rosa, K., protagonista da obra, em sua busca incessante por encontrar a filha: “Assim que chegou para a redecoração de inverno, K. o abordou. Há cinco semanas a filha está sumida, diz. Cinco semanas, repete, ignorando o como vai tudo bem” (KUCINSKI, 2016, p. 30) E, quando já sem esperança, contenta-se em ter um corpo para sepultar,

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a filha uma lápide, ao se completar um ano de sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade [...] Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo dos seus olhos (KUCINSKI, 2016, p. 74).

K. Relato de uma busca propõe um (re) contar de acontecimentos passados através da ficção, dando voz a vozes que, como a de Ana Kucinski, foi silenciada e não poderá falar jamais. Como Primo Levi afirma ao falar sobre o holocausto, os autênticos sobreviventes são incapazes de narrar com tanta precisão e minúcia, pois não retornaram para nos contar. Comprova-se isso na observação inicial que abre o livro, único momento

em que o autor se identifica, trecho em que há a presença de metalinguagem e sua assinatura: “Caro leitor, tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2016, p. 11).

No trecho acima, identificamos os elementos da história brasileira que fazem parte não somente da memória individual de uma personagem torturada e morta pela mão de um sistema repressor e assassino, mas também e, sobretudo, os aspectos relativos ao testemunho, à experiência traumática, à memórias em disputa, além da oficial, e como essa memória tem uso político, tenta resgatar o passado social da literatura de testemunho atualmente.

CONCLUSÃO

O diálogo proposto neste estudo exprime uma espécie de relação confessional e ficcional da obra de Kucinski, pois serve como ato de reparação da memória, na qual o narrador tem por ocasião tanto a necessidade de criar espaços para preencher lacunas que ficaram sem respostas, como retoma o debate temático do próprio documento como fazer literário. Antonio Candido discutirá sobre isso em seu ensaio sobre *Ficção e Confissão*, no qual afirmará que “há o caso dos [autores] que trabalham nas duas frentes, elaborando paralelamente a expressão pessoal e a fictícia, autônomas, embora às vezes complementares[...]” (CANDIDO, 1992, P. 69). É nesta perspectiva de análise que interpretamos *K. relato de uma busca*, na linha tênue entre ficção e experiência.

Assim, a ficção aqui analisada tanto efetiva o objetivo de ser uma produção contemporânea com compromisso político, que foi bem sucedida no quesito estruturação formal e aceitação do público e crítica literária, como também como projeto de relacionar nação, literatura, cultura, memória e sociedade a partir da experiência de um passado recente da história do Brasil, marcado pela violência e pelo trauma, mas de extrema necessidade ser lembrado também artisticamente.

Assim, pode-se afirmar a impossibilidade de uma literatura “neutra”, pois mesmo a arte não pode estar desvinculada das questões sociais imbricadas na história. Nessa medida, vale lembrar, uma vez mais, o “alerta” deixado por Walter Benjamin: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador

convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história** - trad. das teses J.M. Gagnebin, M. L. Müller. In: _____. *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CALLADO, Antonio. *Censura e outros problemas dos escritores latino-americanos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Cartilha de Preservação da Memória Política, produzida pelo Núcleo de Preservação da Memória – SP, sobre a Comissão Nacional da Verdade.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2015.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUERRA, Cláudio. **Memórias de uma guerra suja**. 1ª ed. – São Paulo: Topbooks, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. **K.: relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Disponível no link:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SELIGMANN-SILVA, Marcio. **História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

Sentença proferida pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos da OEA, em 24 DE NOVOBRO DE 2010– Disponível no link: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf